

Incerteza e instituições no desenvolvimento econômico: similaridades entre a abordagem pós-keynesiana e do “velho” institucionalismo

Ana Clara Fernandes Nogueira¹

Carmem Feijó²

Artigo submetido ao XVIII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira

Área 9. Economia Institucional

RESUMO

A consideração acerca do impacto da incerteza sobre o comportamento futuro da economia exerce grande influência na ação dos agentes econômicos, ideia defendida tanto pela escola pós-keynesiana quanto pela Economia Institucional Originária (EIO). Ambas as linhas de pensamento compreendem a economia como um sistema orgânico aberto, sem trajetórias pré-determinadas e mecanismos de coordenação intrínsecos. Nesse sentido, os mecanismos socialmente desenvolvidos, como convenções e instituições, detêm importância na formulação das probabilidades subjetivas no processo de tomada de decisão. Assim, as escolas possuem receituários convergentes acerca da ação estatal, onde este é dotado de um papel coordenador a fim de contribuir para a formação do animal spirits dos agentes. Essas instituições e convenções, quando positivas, contribuem para o incentivo de investimento produtivo, essencial para a transformação estrutural requerida no processo de desenvolvimento econômico.

PALAVRAS-CHAVE: escola pós-keynesiana, desenvolvimento econômico, instituições, convenções.

ABSTRACT

The consideration regarding the impact of uncertainty on the future behavior of the economy exerts great influence on the actions of economic agents, an idea defended both by post-Keynesian economics and by Original Institutional Economics (OIE). Both lines of thought understand the economy as an open organic system, without predetermined trajectories and intrinsic coordination mechanisms. In this sense, socially developed mechanisms, such as conventions and institutions, hold importance in the formulation of subjective probabilities in the decision-making process. Thus, the schools possess convergent policy prescriptions concerning state action, wherein it is endowed with a coordinating role in order to contribute to the formation of agents' animal spirits. These institutions

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF). Bolsista Faperj. acfnogueira@id.uff.br

² Professora Titular na Universidade Federal Fluminense.

and conventions, when positive, contribute to the encouragement of productive investment, essential for the structural transformation required in the process of economic development.

KEY WORDS: post-keynesian economics, economic development, institutions, conventions.

INTRODUÇÃO

A Revolução Keynesiana introduziu ao pensamento econômico um paradigma inédito para a análise econômica, o que se demonstrou uma verdadeira revolta, conforme Davidson (1984), visto o objetivo de rejeitar os princípios básicos da teoria clássica e neoclássica, almejando uma fundamentação lógica para um modelo não convergente com a Lei de Say. John Maynard Keynes desenvolveu um arcabouço teórico no qual a moeda não era simplesmente um elemento adicionado à estrutura completa do modelo “real”, mas, um fator basilar, o qual chamou de Economia Monetária de Produção (EMP) (Carvalho, 2020).

A EMP determina para a escola de pensamento pós-keynesiana um programa de pesquisa que define um conjunto de regras metodológicas que estabelecem os caminhos a serem trilhados e evitados. Carvalho (2020) apresenta seis princípios teóricos que definem a EMP, entendidos como o “núcleo do programa” de pesquisa, aceitos como verdade: o princípio da temporariedade dos processos econômicos, da não-ergodicidade, da coordenação, da produção, da estratégia dominante e das propriedades da moeda.

O primeiro destes princípios, o da temporariedade dos processos econômicos, postula que a produção é um processo que demanda tempo, portanto a decisão de produção e emprego deve ser tomada com base em expectativas a respeito da demanda futura de determinado produto. O segundo, referente à não-ergodicidade, afirma que os processos econômicos não são ergódicos, de forma que a distribuição amostral das variáveis econômicas não converge para a distribuição da população, conforme Davidson (1988). O princípio da coordenação argumenta que as economias capitalistas não possuem mecanismos de planejamento central através dos quais os planos dos agentes econômicos sejam previamente coordenados, o que leva os agentes econômicos a adotarem comportamentos e desenvolverem instituições que reduzam a incerteza. O princípio da produção define que a firma tem como objetivo a riqueza, e não a utilidade para seus acionistas, obtida em sua forma monetária. O princípio da estratégia dominantes afirma que o nível de emprego e poupança dependem das decisões das firmas de produzir e investir. Por fim, o princípio das propriedades da moeda define que a moeda possui elasticidades de produção e substituição nulas ou negligenciáveis, logo em uma economia empresarial a moeda jamais perderá seu atributo de liquidez.

Nesse sentido, percebe-se a importância das expectativas formuladas pelos agentes para o funcionamento de uma EMP, tendo em vista que as decisões são tomadas em um sistema onde as variáveis não tendem a um equilíbrio “natural”, como postulado pela teoria clássica, de forma que a característica da incerteza se torna basilar ao processo de tomada de decisão. Assim, essa característica se insere na análise macroeconômica e se torna central na formulação das expectativas dos agentes que, caso não detenham confiança, optam pela manutenção da moeda, devido ao seu atributo de liquidez máxima.

A mudança estrutural, conforme Dequech (2000), demonstra-se como uma característica central do conceito da incerteza fundamental keynesiana, assim como a criatividade. Isso ocorre, pois, esse tipo de incerteza, diferentemente da ambiguidade e do risco probabilístico, admite que a economia se trata de um sistema aberto, no qual há uma indeterminação significativa sobre o futuro. Assim, essa incerteza aparece em um contexto dinâmico no qual a passagem do tempo é crucial e estimativas de probabilidade não podem antecipar o futuro.

O desenvolvimento econômico é um processo que se desdobra ao longo do tempo e transforma o ambiente econômico e social. Exige uma grande quantidade de investimento produtivo de longa maturação, nele, a incerteza desempenha um papel basilar, pois caso as instituições não transpassem confiança ao empresário, estes investimentos essenciais não ocorrerão. Em outras palavras, caso esses mecanismos socialmente desenvolvidos para lidar com a incerteza não transpassem confiança suficiente para o agente, o “espírito animal” do empresário não será ativado.

O artigo está dividido em quatro seções, além da presente introdução. O primeiro realiza uma exposição acerca da teorização de probabilidade de J. M. Keynes e a construção do seu conceito de incerteza fundamental, central para a compreensão do comportamento dos agentes e o papel das instituições como coordenadoras e redutoras de incerteza. A segunda seção apresenta o conceito de instituições para a EIO. A terceira expõe as similaridades das abordagens e do receituário das escolas de pensamento discutidas, considerando um contexto de desenvolvimento econômico. Por fim, há as considerações finais.

1. PROBABILIDADE E INCERTEZA

A incerteza fundamental keynesiana possui natureza endógena, pois evolui conforme as mudanças estruturais e comportamentais designadas para atenuá-la (Dow, 2014). Essa incerteza, explorada em Keynes (1921), surge da abertura do sistema econômico ou, em outras palavras, do reconhecimento de que o futuro não é conhecível, mesmo que em princípio. Em um sistema aberto, as unidades de análises e suas interrelações não são pré-determinadas, ademais a própria estrutura em

que ocorre essas relações também não é pré-determinada. Nos termos de Lawson (1997), não há fechamento intrínseco nem extrínseco (Dow, 2014, p. 2).

Ao admitir a economia como um sistema aberto, a ausência de probabilidades quantificáveis é o caso geral, conforme Keynes (1921), devido ao desconhecimento acerca do leque de possibilidades futuras durante o momento de tomada de decisão. Deste modo, é logicamente impossível atribuir estimativas de probabilidade, mesmo subjetivas, que somem um, de acordo com Dow (2014). A natureza aberta e orgânica do sistema limita o escopo da lógica demonstrativa e, conseqüentemente, torna a incerteza não passível de eliminação, sob situações de crise ou estabilidade. Percebe-se, portanto, que a incerteza fundamental difere substancialmente da incerteza estudada pelo *mainstream*, que a aborda sob o prisma de um sistema fechado.

Sob os pressupostos adotadas na análise pós-keynesiana, não existe “risco verdadeiro” ou “preço verdadeiro” como referência para as flutuações do mercado (Townshend, 1937, apud Dow, 2014), ou seja, não há um valor natural para o qual as variáveis convergem no longo prazo. Adicionalmente, a incerteza não é fixa exogenamente, mas está, na verdade, aberta ao exercício de julgamento e conhecimento, de forma que varia em intensidade e pode ser reduzida por mudanças apropriadas em instituições e convenções.

A visão de que crises são “aberrações” temporárias dentro de um processo estável é reflexo da abordagem dominante de sistemas econômicos fechados, que define como norma a gravitação das séries temporais das variáveis para um equilíbrio estável ou “preço verdadeiro”. Nessa perspectiva utilizada amplamente pelo *mainstream*, a incerteza é relevante apenas como fonte exógena e temporária de ansiedade que impede o equilíbrio “natural” dos mercados. A Hipótese da Instabilidade Financeira³ de Minsky (1992) posiciona-se diametralmente oposta a essa visão, ao estabelecer que o sistema econômico tende à instabilidade. Ademais, Dow (2014) argumenta que a percepção de incerteza como anormal demonstra-se inadequada pois ignora que os períodos de estabilidade ocorrem devido aos mecanismos que evoluíram ao longo do tempo para fazer face à incerteza e, por conseguinte, possuem relevância tanto durante a estabilidade quanto durante a crise.

³ A Hipótese da Instabilidade Financeira (HIF) de Minsky (1992) é uma teoria do impacto da dívida no comportamento do sistema econômico. O autor identifica três relações renda-dívida. O primeiro é o financiamento hedge, no qual as unidades econômicas podem cumprir todas as suas obrigações contratuais de pagamentos com seus fluxos de caixa. O segundo é o tipo de financiamento especulativo, na qual as unidades cumprem seus compromissos de pagamento de juros, mas não conseguem quitar o principal com seus fluxos de caixa da renda, sendo preciso um processo de “rolagem” de suas dívidas. Por fim, o financiamento Ponzi, no qual não há fluxo de caixa suficiente para cumprir nem o principal nem os juros devidos sobre as dívidas pendentes. Neste último caso, é preciso a venda de ativos ou tomar novos empréstimos para pagar os juros, o que diminui o capital próprio da unidade e aumenta seus passivos e compromissos futuros. Minsky (1992) argumenta que durante períodos de prosperidade prolongada, a economia transita de relações financeiras que promovem um sistema estável para relações financeiras que o tornam instável, saindo de um financiamento hedge para o Ponzi.

Nesse sentido, a autora considera que a incerteza fundamental auxiliou a moldar instituições, práticas e convenções que estruturam a vida econômica e formam base para futuros julgamentos. Conforme Dow (2016), a incerteza é, então, endógena às convenções sociais e desenvolvimentos institucionais (p. 1). Essa exposição dialoga com o exposto em Dequech (2000) acerca dos dispositivos socialmente desenvolvidos para lidar com a incerteza fundamental, como as instituições e convenções.

A concepção de um sistema aberto de conhecimento faz com que só se possa referir ao conhecimento como sendo um “subconjunto de conhecimento”, pois as informações nunca podem ser completas o suficiente para justificar a ação, de acordo com Dow (2016). Assim, o problema de indução, para Keynes, é referente à impossibilidade de conhecer estruturas causais e enumerar suas instâncias. Portanto, não é possível conceber axiomas universais comprovadamente verdadeiros. Consequentemente, a lógica humana passa a ter um papel de centralidade para lidar com a incerteza em torno das premissas nas quais se baseiam as decisões.

Carvalho (1988) aponta que Ramsey sugeriu que a crença, incluindo a crença racional, não era apenas um problema da lógica formal, mas também da lógica humana, referindo-se a "hábitos mentais" que são "também uma espécie de lógica" (Keynes, 1951, p. 243, apud Carvalho, 1988). Enquanto a lógica formal lida com a derivação de conclusões a partir de premissas dadas e verdadeiras, a lógica humana realiza a avaliação das próprias premissas. Assim, a lógica humana ocorre em um campo distinto da formal e ganha uma importância crucial em situações de incerteza, com premissas incompletas ou não-conhecíveis. Ela se conecta com a ideia de grau ou estado de confiança, apresentado na TG, pois reflete a confiança nas premissas utilizadas no processo decisório. O autor argumenta que essa lógica se manifesta na ideia de animal spirits, pois esse comportamento pode influenciar a forma como o próprio conjunto de premissas é completado pelos agentes.

O sistema aberto definido em uma EMP possui como uma de suas características basilares o princípio da não-ergodicidade, conforme Davidson (1984) e Carvalho (2020). Essa ideia é fundamental para a compreensão do conceito da incerteza fundamental keynesiana, pois influencia a forma como os agentes econômicos realizam seu processo de tomada de decisão. Assim, ao admitir a economia como esse sistema não-ergódico, a passagem do tempo e a aprendizagem não revelam todo o horizonte de possibilidades para que os agentes realizem seus cálculos probabilísticos.

Após a revolução keynesiana, teóricos da macroeconomia ortodoxa foram atraídos pela metodologia técnica, que prometia precisão e resultados únicos à custo de sua aplicabilidade e exatidão, conforme Davidson (1984). Dessa maneira, reintroduzem formas mais sofisticadas dos axiomas rejeitados por Keynes: da substituição bruta, reais e mundo ergódico. A ergodicidade,

amplamente criticada pelo conceito de incerteza keynesiana, volta à pauta da análise macroeconômica.

Davidson (1984) afirma que através da reintrodução do axioma da ergodicidade, tais economistas preferem ser precisamente errados a vagamente exatos. Esse axioma os permite agir como se estivessem lidando com uma “ciência dura”, onde os dados são homogêneos em relação ao tempo. Neste contexto, observações de uma série temporal fornecem informações úteis sobre a distribuição de probabilidade do processo estocástico que gerou a realização dessa série. Assim, é possível obter a distribuição de probabilidade dos eventos futuros. Essa ideia foi duramente criticada no capítulo 12 da TG, no qual Keynes rejeita a visão de que informações passadas de realizações de séries temporais econômicas fornecem dados confiáveis e úteis para previsões estocásticas do futuro.

Nesse sentido, o autor aponta que enquanto os teóricos neoclássicos e Novo Clássicos, sob a hipótese da ergodicidade, trabalham com um sistema econômico que reflete a economia de Robinson Crusoe e Feiras medievais, a escola pós-keynesiana reconhece um sistema teórico logicamente diferente que reflete as características do mundo econômico real, como Wall Street e a sala do Conselho Corporativo (p. 15).

Caso os processos sociais fossem ergódicos, o procedimento de tentativa e erro poderia levar os agentes a identificar gradualmente todos os dados necessários para orientar suas decisões, conforme Carvalho (2020). Entretanto, a ergodicidade exige replicabilidade, de forma que os processos teriam que ser independentes no tempo. Essa característica não sobrevive em um mundo onde são possíveis “decisões cruciais”⁴, que destroem o ambiente em que são tomadas. Admite-se, no mundo keynesiano, que a não-ergodicidade é presente e, conseqüentemente, não existem trajetórias inevitáveis, ou pré-determinadas, para a economia. Portanto, a história se constitui da fusão dos atos dos agentes:

A incerteza, portanto, não é mero resultado de métodos defeituosos de raciocínio. A insuficiência das premissas tem raízes em características objetivas de processos sociais reais. A ausência de conhecimento sobre, por exemplo, demandas futuras por bens que sirvam como premissas para uma decisão de investimento em uma economia monetária não podem ser superadas pela observação ou pelo desenvolvimento de meios de informação melhores (p. 93).

A teoria neoclássica aceita a visão realista da probabilidade e a ergodicidade dos processos econômicos, o que significa que são replicáveis e seguem leis de distribuição de probabilidades estáveis e conhecidas a longo prazo. Essas hipóteses, conforme o autor, permitem considerar os

⁴ A lógica humana da crença predomina sobre a lógica formal da probabilidade em decisões cruciais, envolvendo expectativas de longo prazo, como decisões de investimento, conforme Carvalho (1988). Para essas decisões cruciais, a base de conhecimento é precária, a indução é impossível, e a confiança subjetiva desempenha um papel central.

processos aleatórios da teoria econômica sem necessidade de alterar os postulados fundamentais desenvolvidos para um mundo determinístico.

A abordagem pós-keynesiana, por outro lado, não aceita esse procedimento pois, como já mencionamos, este se baseia na replicabilidade do experimento e em sua estabilidade ao longo do tempo. Assim, em um processo social, diferentemente de um jogo de cara e coroa, as condições variam dependendo das decisões tomadas, portanto o agente não pode contar com ambientes estáveis. Tem-se, portanto, a existência dessas “decisões cruciais”, como o investimento, que alteram o ambiente econômico:

Se a função de distribuição não puder ser conhecida e os agentes estiverem cientes de que os experimentos podem ser “cruciais”, seu comportamento mudará à medida que tentam construir defesas contra desapontamentos. A consideração da incerteza não probabilística impossibilita apelar para métodos bem-comportados de tomada de decisão, tais como os descritos pela teoria neoclássica (p. 97).

Azevedo e Conceição (2017) argumentam que um mundo econômico governado inteiramente por processos ergódicos leva a relações econômicas atemporais, ou a-históricas, em um sentido que o futuro seria meramente um reflexo estatístico do passado. Por outro lado, a não-ergodicidade admite que os processos se movem ao longo do tempo histórico, de forma que não é estacionário e as previsões a partir de estados atuais para o futuro podem diferir persistentemente da média do tempo que será gerada. Assim, conforme Davidson (1991), a hipótese da não ergodicidade leva a um mundo econômico que não está em um estado de controle estatístico.

Nota-se, portanto, que o funcionamento de uma Economia Monetária de Produção não possui ciclos pré-definidos, ou seja, há a impossibilidade de prever seu funcionamento baseando-se em acontecimentos passados. Davidson (2012) aponta que o problema da teoria econômica tradicional não está no método dedutivo, no rigor e nos métodos matemáticos, mas em assumir que os agentes econômicos possuem conhecimento sobre o futuro e em impor a existência de processos estocásticos ergódicos nas análises econômicas, a fim de transpor a *political economy* do âmago da história para o âmago da ciência, transformando-a em *economics*, ou seja, uma tentativa de colocar a economia no patamar das “ciências duras”.

Nesse sentido, o entendimento de que o mundo econômico como regido por um sistema orgânico aberto e processos não-ergódicos, põe em centralidade a incerteza fundamental keynesiana no processo de tomada de decisão dos agentes.

Enquanto a incerteza fundamental é resultado da ausência de probabilidades cardinais quantificáveis, o que Keynes argumenta ser o caso mais geral em uma Economia Monetária de Produção, a ambiguidade é caracterizada pela incerteza em relação as probabilidades e o risco

demonstram-se uma situação em que é possível o cálculo de probabilidades cardinais, amplamente utilizado na literatura *mainstream* (Dow, 2016).

Keynes, em sua TG, apresenta a incerteza tanto como ambiguidade, em alguns contextos, como incerteza fundamental, em outros, conforme Dequech (2000). Constituindo este segundo como o regente da maior parte dos processos no mundo econômico. A ambiguidade se refere à falta de informação que poderia ser conhecida, enquanto a incerteza fundamental implica que algumas informações não existem no momento da tomada de decisão, pois o futuro ainda está por ser criado. O autor aponta que para Keynes ambos os conceitos admitem graus, de forma que a incerteza não é sinônimo de completa ignorância. Ademais, este grau depende da existência de instituições, como contratos, *market-makers* e convenções informais. Assim, ver a incerteza fundamental como questão de grau destaca o papel das instituições em uma teoria econômica alternativa (Dequech, 2000).

Ambiguidade se refere usualmente a uma situação em que há incerteza acerca das probabilidades e essa incerteza ocorre devido à falta de informação. Camerer e Weber (1992) apontam que a ambiguidade trata, portanto, da incerteza sobre probabilidade, criada por informações faltantes que são relevantes e que poderiam ser conhecidas. Esse conceito pode ser exemplificado através do “problema da urna de Ellsberg”. Neste problema, duas urnas contêm bolas que são idênticas em todas as formas, exceto por sua cor, e as pessoas realizam apostas sobre a cor destes itens, conforme Dequech (2000):

Mesmo que o tomador de decisão não saiba com total confiabilidade a probabilidade de que cada evento (ou estado do mundo) ocorra, ele conhece todos os eventos possíveis. Portanto, mesmo que nenhuma das distribuições de probabilidade possíveis seja descartada, esta situação não é realmente de "completa ignorância" (p. 6).

Assim, em situações de ambiguidade seria possível saber o horizonte de eventos caso se abrisse a urna ou esperasse que todas as bolas de fossem retiradas. Neste sentido, a ambiguidade sob uma perspectiva dinâmica possui propriedades diferentes da incerteza fundamental. Pois, conforme a passagem do tempo ocorre, mais informações podem se tornar disponíveis para os agentes, alterando as distribuições de probabilidade ou as avaliações sobre a confiabilidade destas distribuições, conforme o autor. Por outro lado, sob incerteza fundamental, alguns tipos de informação nunca serão obtidos *ex-ante*, não importa quanto tempo se espere, há informações que apenas não são conhecíveis no momento de tomada de decisão.

Assim, embora a ambiguidade signifique que há falta de confiança em qualquer estimativa de uma única probabilidade ou estrutura estocástica, isso pode ser uma questão de grau em que é possível a mensuração, conforme Dow (2016). Este conceito se baseia na suposição de que informações completas com relação a um modelo correto estão, em princípio, disponíveis o que, para Keynes, ocorre apenas em circunstâncias especiais. Nesse sentido, enquanto, na abordagem da ambiguidade,

a incerteza inevitavelmente cai com o acesso a novas informações, ela pode aumentar dentro de uma estrutura de incerteza fundamental, pois novas evidências podem revelar reinos não reconhecidos de ignorância, conforme Runde (1990). Ademais, em função da abertura do sistema econômico, não existe um modelo verdadeiro de referência ou medida de informação completa. Portanto não há base para uma medida cardinal para o grau de incerteza. Em síntese, o escopo do conhecimento confiável varia conforme as circunstâncias.

Uma das limitações do conceito de ambiguidade é que ela não lida com a criatividade ou mudança estrutural no ambiente de tomada de decisão (Dequech, 2000). Por exemplo, inovações, em um sentido schumpeteriano, não seriam vistas como criadoras de novos estados, sendo concebidas como independentes das ações dos indivíduos. Membros de escolas heterodoxas, como a pós-keynesiana, adotam o conceito da incerteza fundamental, caracterizada pela possibilidade de criatividade e mudança estrutural e, portanto, indeterminação sobre o futuro. O autor destaca a função das inovações, pois a destruição criativa schumpeteriana possui um papel central na defesa dessa noção mais radical de incerteza pelos pós-keynesianos. Nota-se, portanto, a pressão endógena no sistema de competição capitalista para algo que aumenta a incerteza, tendo em vista os estímulos para inovar e atingir lucros extraordinários.

Nesse sentido, o autor aponta que o problema da incerteza fundamental na tomada de decisões não é meramente a falta de informações para anexar probabilidades de modo confiável a um determinado número de eventos. Um evento que não se pode imaginar pode vir a ocorrer no futuro. Assim, as informações relevantes não podem ser completamente conhecidas, nem em princípio, no momento de tomada de decisão.

Dow (2016) apresenta uma análise diagramática da incerteza fundamental keynesiana, exibida como sendo uma questão de grau. Nela, apenas uma pequena parcela das expectativas pode ser baseada em qualquer coisa que se aproxime da certeza, sujeitas ao risco. Ademais, em função da necessidade de ação, torna-se convencional tratar o processo de tomada de decisão como se fosse decorrente de um sistema fechado, de forma que a incerteza é considerada ambiguidade – chamada de “ambiguidade” pela autora –, mesmo sujeita à incerteza fundamental. Neste modelo, as expectativas incertas variam em grau de confiabilidade, onde não há expectativa de chegar a um modelo “correto” ou conjunto completo de informações. A autora aponta que a qualquer momento haverá, simultaneamente, mais ou menos confiança em diferentes tipos de decisões, representadas pelos graus de incerteza fundamental do modelo. Essa ideia reflete, ademais, o fato de que se aplica probabilidades ordinais em vez de cardinais e pesos ordinais para esse tipo de incerteza.

Keynes (1937), ao definir conhecimento incerto, não procurou apenas a distinção entre o que é conhecido com certeza do que é apenas provável (p. 213). Assim, um jogo de roleta ou a perspectiva de um “*Victory bond*” ser emitido não são fatos sujeitos à incerteza. Adiciona que, a expectativa de vida, por sua vez, é apenas ligeiramente incerta. Até mesmo o clima é apenas moderadamente incerto. Aponta, nesse sentido, que utiliza o conceito para falar que acontecimentos como uma guerra europeia, o preço do cobre e a taxa de juros daqui a vinte anos, a obsolescência de uma invenção ou a posição dos proprietários privados de riqueza no sistema social em 1970 são incertos. Pois, sobre essas questões, não há base científica para formar qualquer probabilidade calculável, “nós apenas não sabemos” (p. 214).

A incerteza fundamental apresenta duas naturezas, conforme Dequech (2004): a epistemológica e a ontológica. A primeira se refere à forma pela qual o sujeito conhece, sendo este desprovido dos dados necessários para ter conhecimento completo, enquanto a segunda se refere ao ambiente externo ao indivíduo, que está em incessante transformação, conforme Resende e Terra (2020). A noção de incerteza é sempre epistemológica no sentido de que está associada à falta de algum tipo de conhecimento, e o conhecimento é objeto da epistemologia (Dequech, 2004, p. 4). Ao mesmo tempo, essa noção tem sempre uma visão associada da realidade e, portanto, tem uma contraparte ontológica, uma vez que a ontologia se refere ao estudo da natureza da realidade (p. 4).

Nesse sentido, o autor aponta que é possível derivar algumas afirmações ontológicas das chamadas teorias epistêmicas da incerteza, bem como algumas afirmações epistemológicas das teorias ontológicas. Uma caracterização ontológica da realidade como sujeita a mudanças estruturais não pré-determinadas implica, como sua contraparte epistemológica, uma falta de conhecimento. Dessa forma, a noção de Davidson de “incerteza ontológica” implica uma declaração epistemológica sobre o que as pessoas não conseguem saber. Igualmente, a noção de Davidson de “incerteza epistemológica” implica, ou é implicitamente baseada em uma caracterização ontológica da realidade (Dequech, 2004, p. 5), pois significa que a realidade é complexa. Assim, se o mundo fosse simples, as capacidades mentais limitadas não importariam e a “incerteza epistemológica” não existiria.

Nesse sentido, o autor afirma que uma primeira conexão entre a ontologia e a epistemologia é estabelecida pelo argumento de que uma característica da realidade tem como contrapartida epistemológica alguma falta de conhecimento, ou seja, incerteza. Mas, para além disso, os indivíduos, ao fazerem parte de uma realidade social, conectam a ontologia e a epistemologia pela sua própria capacidade de pensar e conhecer. As instituições, ao comporem parte dessa realidade, desempenham uma função cognitiva e incorporam conhecimento. Assim, mesmo em uma realidade transmutável, sujeita a mudanças estruturais não pré-determinadas, as instituições – formais e informais – podem gerar estabilidade e ordem, pois criam algum tipo de conhecimento.

Admitindo um sistema orgânico aberto e incerteza fundamental como vigente na maioria dos processos econômicos, a compreensão da probabilidade estimada pelo indivíduo em seu processo de tomada de decisão é um tópico profundamente analisado por Keynes em seu Tratado de Probabilidade (TP), de 1921. Pois, neste contexto, não se pode admitir que o agente possui todas as informações relevantes no momento de tomada de decisão, mas, mesmo assim age, o que indica uma construção de probabilidade subjetiva e o desenvolvimento de dispositivos que ensejam estabilidade aos processos sociais. Neste livro, o Keynes apresenta a ideia de probabilidade com a finalidade de compreensão dos processos efetivos de tomada de decisão, e não do estudo da lógica da probabilidade em si, conforme Carvalho (2020). O autor aponta que a principal motivação de Keynes a escrever o Tratado era explicar como um grau de crença poderia ser racional, sendo não só questão de composição psicológica do tomador de decisão, mas algo compartilhado pelos homens racionais em circunstância assemelhadas.

Keynes, no TP, afirma que “Na metafísica, na ciência e na conduta, a maioria dos argumentos, sobre os quais habitualmente baseamos nossas crenças racionais, são admitidos como inconclusivos em maior ou menor grau”, assim, para um tratamento filosófico desses ramos do conhecimento, é preciso o estudo da probabilidade, de acordo com Dow (2016). Ademais, Keynes aponta que a razão para essa inconclusividade geral é a natureza orgânica do assunto, onde a qualquer momento o futuro ainda está para evoluir ou ser criado, de forma que o nosso conhecimento sobre ele é um sistema aberto, o que contrasta com o sistema fechado implícito da teoria convencional (Chick e Dow, 2005).

A tomada de decisão envolve a escolha de uma determinada consequência. O processo de escolha pode ser visto como resultado de dois elementos: os dados iniciais e o processo racional que leva aos resultados, sendo este segundo elemento o tema central do Tratado. Nesse sentido, Keynes aponta que “a probabilidade é o estudo dos fundamentos que nos levam a manter uma ‘preferência’ racional por uma crença sobre a outra (CWJMK, vol. VIII, P. 106, apud Carvalho, 2020). Neste livro, Keynes admite que todas as premissas são resultado de observação, chamado de conhecimento direto, e argumenta que o espaço probabilístico é definido como a aplicação da lógica a proposições para se obter novas proposições (Carvalho, 2020, p. 85).

Ao contrário da teoria da frequência, que define a probabilidade como uma relação entre eventos e uma característica do mundo em si, para Keynes cada relação probabilística é individual por definição. Nesse sentido, se trata de um processo de aprendizado (Carvalho, 2020, p. 86), no qual quanto maior o conhecimento reunido como premissas, mais completas e certas poderão ser as conclusões. Entretanto, o conhecimento direto pode ser incapaz de gerar um conjunto suficiente de premissas verdadeiras para sustentar certamente um resultado. Isso ocorre pois os processos podem ser muito complexos para serem reconstruídos na imaginação, ou o conhecimento direto pode ser

impossível, tornando a lógica insuficiente para substituir o conhecimento na obtenção de resultados certos.

A probabilidade apresenta duas naturezas, conforme Campos e Chiarini (2014), podendo ser entendida como “objeto de conhecimento”, a ser descoberta e aprendida como parte da realidade externa, ou como um “tipo de conhecimento”, ou seja, uma construção que não tem existência fora do conhecimento social (Palley, 1993). Os autores apontam que a conceitualização de probabilidade apresentada por Keynes é pertencente ao arcabouço construtivista de probabilidade incomensurável (Palley, 1993). Pois, para Keynes, a probabilidade se trata de uma relação lógica entre dois conjuntos de proposições, resultantes do pensamento e entendimento de mundo do agente, dependente do pensamento humano.

1.1. O peso do argumento: ligação do conceito de probabilidade no TP e de incerteza na TG

Em função do entendimento da probabilidade como incomensurável e dependente do conhecimento, Keynes (1921) desenvolve a ideia de “peso do argumento”, definido como a comparação entre os montantes absolutos de conhecimento e ignorância relevantes, respectivamente, de acordo com Carvalho (2020, p. 88). Neste contexto, as evidências não alteram a probabilidade em si, mas o seu “grau de crença” que, por sua vez, quer dizer que depende da “força dos sinais de que não só uma proposição seja correta em relação a suas premissas” (idem.), mas que estas premissas também sejam verdadeiras. Caso o conhecimento direto não seja completo, o que é o caso geral de uma EMP, o agente precisa preencher as lacunas através da criação de premissas adicionais. Assim, o peso dos argumentos define-se, conforme Lawson (1988), pelo grau de completude da informação disponível no momento da tomada de decisão.

Conceição e Gabriani (2017) destacam a subjetividade das probabilidades e seus respectivos pesos, além do acesso às informações consideradas relevantes como aspectos que afetam o processo de tomada de decisão:

Isso [as informações relevantes] não se relaciona apenas com a forma de leitura das informações disponíveis, mas também com as capacidades cognitivas dos agentes, grau de complexidade dos fenômenos cognoscíveis, com o conhecimento e a forma com que cada agente econômico percebe e se relaciona com o mundo real, forma esta que é idiossincrática a cada agente econômico; ou seja, isto coloca a questão do problema cognitivo que está associado à capacidade individual de cada agente econômico de efetuar a “leitura” e a interpretação correta de fenômenos socioeconômicos (p. 12).

Os autores exemplificam essa passagem através da apresentação dos posicionamentos de agentes *bears* e *bulls*⁵, que processam as informações segundo seu conhecimento e percepção do

⁵ A utilização dos termos “Bears” e “Bulls” é amplamente adotada para explicar o comportamento de indivíduos no mercado financeiro. Um comportamento “bear” – urso – indica uma expectativa pessimista em determinado mercado, de forma que, por exemplo, o detentor de uma ação prefere vendê-la do que se expor às possíveis desvalorizações. Por outro

mundo real, a fim de fundamentar sua tomada de decisão, crendo que estão probabilisticamente certos em relação aos fenômenos futuros e ao comportamento da economia. Entretanto, as visões de mundo de tais agentes destoam diametralmente.

Existem diferentes interpretações dos escritos de Keynes sobre probabilidade, conforme Dequech (2000). Há intérpretes que descrevem a incerteza como ausência de probabilidades numéricas determinadas ou comparáveis, enquanto para outros a incerteza é composta por duas dimensões: a probabilidade e o peso dos argumentos. No TP, a probabilidade é definida como a relação entre duas proposições, enquanto o peso se liga com a evidência na qual a relação de probabilidade é baseada. Nota-se, entretanto, que a noção de peso apresentada por Keynes possui certa inconsistência, conforme o autor, devido à existência de duas definições diferentes. O peso do argumento, nesse sentido, é apresentado como a quantidade de evidência relevante e, também, como o grau de completude das evidências. A segunda definição é requerida para conectar o peso com a noção de confiança na TG (Dequech, 2000).

Nos termos apresentados no TP, tanto a ambiguidade quanto a incerteza fundamental são casos nos quais não há base para estabelecer probabilidades numéricas pontuais. Dequech (2000) aponta que no caso da ambiguidade, é possível o uso de intervalos de probabilidade, pois há uma lista de eventos possíveis pré-determinada, ao contrário do que ocorre sob incerteza fundamental. O autor aponta que tanto a ambiguidade quanto a incerteza fundamental são marcadas por escassez de evidências e, portanto, por baixo peso, visto aqui como uma medida para a quantidade ou integridade das evidências em função da falta de conhecimento ou de sua confiabilidade.

Nota-se, entretanto, que a noção de peso do argumento não é igualmente aplicável para os casos de ambiguidade e incerteza fundamental. Ao admitir a noção de peso do argumento como grau de completude, a sua aplicação ao conceito de ambiguidade pode ocorrer sem problemas, pois a lista de eventos possíveis é pré-determinada. Por outro lado, para o caso da incerteza fundamental é preciso fazer algumas considerações. Dequech (2000) afirma que essa aplicação se torna problemática nesse segundo caso, pois não se pode estabelecer precisamente o quão completo é a informação acerca do futuro, pois este “ainda está para ser criado por nossas próprias ações” (p. 13). Assim, não há uma quantidade de informação existente pré-determinada para fornecer um padrão de comparação.

O autor aponta que na TG e em uma carta para Townshend, Keynes sugeriu o uso da noção de peso do argumento para lidar com a incerteza fundamental. Caso ocorra essa aplicação, não se pode implicar que exista a informação completa no momento da decisão sob esse tipo de incerteza.

lado, um comportamento “bull” – touro – se refere a um indivíduo com expectativa otimista, que compra a ação na baixa esperando sua valorização.

Ademais, afirma que a dificuldade de aplicação do peso dos argumentos a essas situações foi um fator negligenciado por aqueles que utilizam o peso como medida de certeza. Assim, para aplicar esse conceito à incerteza fundamental, é preciso que se faça de uma forma diferente. Nesse sentido, Dequech (2000) afirma que apesar da ausência desse padrão de informação completa, a incerteza fundamental admite graus – ao menos ordinais – com base na influência estabilizadora de instituições – formais e informais - que limitam o conjunto de resultados possíveis e fornecem uma base para algum conhecimento.

No mundo econômico, não-ergódico e cujos processos são marcados pela presença de incerteza fundamental, a incompletude do conjunto de premissas se demonstra uma questão central, principalmente no que tange decisões de longo prazo, como investimentos produtivos. Essas decisões dependem de algumas variáveis que agem como premissas, mas que são influenciadas, também, pela própria decisão tomada no presente. Por exemplo, o tamanho dos mercados futuros são fatores incorporados no processo de decisão dos empresários para uma planta de investimento produtivo, mas o tamanho do mercado é influenciado por variações na renda que advém de alterações no investimento. Assim, o conjunto de premissas observáveis não basta para estabelecer a certeza, de forma que se torna preciso a criação de premissas adicionais para a construção de uma consequência (Carvalho, 2020).

Conforme a ideia de incerteza fundamental keynesiana, dentre as premissas existem aquelas que são desconhecidas no momento de decisão e as que são incognoscíveis. Carvalho (2020) argumenta que nas decisões de investimento produtivo o agente forma expectativas quanto à conduta dos outros empresários e de seus clientes. Afirma, ademais, que os competidores deste empresário seguem um processo similar, portanto não se pode incluir essas condutas como premissas observadas. Assim, as premissas ausentes não existem e precisam ser criadas pelo tomador de decisão, portanto não constituem “conhecimento”. Os processos econômicos são complexos e o número de variáveis incognoscíveis é elevado, logo o agente precisa criar premissas para preencher as lacunas deixas pelo conhecimento direto. Nesse sentido, a incerteza significa reconhecer a impossibilidade de lidar logicamente com essa complexidade.

Em resumo, ainda que o conjunto de premissas sobre as quais a argumentação é construída sejam verdadeiras, as conclusões são ditas prováveis – ao invés de certas – pois esse conjunto incompleto. Essa noção se aprofunda quando se considera a possibilidade de que as premissas iniciais sejam incorretas, por não se basearem em evidências concretas, mas construídas a partir da imaginação dos indivíduos, conforme Carvalho (2020). Neste caso, leva-se em conta o “peso do argumento”, além da probabilidade, dado pela relação entre a quantidade de conhecimento relevante e ignorância relevante, respectivamente. Assim, as evidências não alteram a probabilidade, mas

corroborar argumentos conhecidos, de forma positiva ou negativa. Portanto, a incerteza de uma relação nada mais é do que o grau de completude da informação disponível para os indivíduos no momento da tomada de decisão, o qual se expressa no “peso do argumento” ou no “estado de confiança” do tomador de decisão (Carvalho, 2020). Em outras palavras, a incerteza, conforme Dow (2014), varia com o grau de confiança nas expectativas, que, por sua vez, varia com o peso das evidências relevantes.

A probabilidade associada a uma proposição “a” é, portanto, condicional em relação aos indícios – ou evidências – “b”, conforme Minsky (2011). Em alguns casos, como jogos de carta, é possível atribuir a essa razão de “a” em relação a “b” – escrito como “a” condicionado por “b” – um valor numérico exato, tendo em vista as circunstâncias objetivas. Entretanto, em outros casos, mais prevalentes no mundo e pertinentes a economia, critérios objetivos não levam a nenhum valor tão exato. Assim, as probabilidades atribuídas nestes casos são chamadas pelo autor de probabilidades subjetivas, conforme Conceição e Gabriani (2019). Ademais, tais probabilidades, em função da base insuficiente de conhecimento, estão sujeitas a mudanças rápidas e substanciais.

Minsky (2011) aponta a importância do peso dos argumentos, entendido como a confiança com que a probabilidade é utilizada como guia para a ação ou decisão, para o processo de tomada de decisão dos agentes econômicos. Neste sentido, a ocorrência de fenômenos econômicos pode afetar de maneira drástica o comportamento dos agentes levando-os a “mudar as distribuições de probabilidades subjetivas atribuídas a eventos futuros e aumentar ou diminuir a confiança com que são sustentadas as visões de mundo” (Minsky, 2011, p. 86).

Esse aspecto é uma das principais distinções entre os modelos pós-keynesianos e neoclássicos. Para estes primeiros, o agente, em seu processo de tomada de decisão, precisa limitar o conjunto de premissas concebíveis a um grupo viável de alternativas e construir consequências de forma ciente, entretanto, de sua inevitável incompletude (Carvalho, 2020, p. 91). Assim, para os pós-keynesianos o agente está ciente de que ignora pelo menos em parte os elementos influenciadores de um dado processo.

A ausência de probabilidades quantificáveis, nesse sentido, é o caso geral, conforme Dow (2014). Entretanto, a autora aponta que para Keynes (1921) muitas probabilidades, que são incapazes de mediação numérica, podem ser colocadas entre limites numéricos, de modo que um grande número de comparações ou medições aproximadas se torna possível. Assim, comparações ordinais podem ser possíveis e desempenhar um papel de guia para ação (Dow, 2016).

Percebe-se, dessa forma, a ligação do conceito de probabilidade desenvolvido por Keynes no TP e de incerteza desenvolvido na TG. Em função da incerteza fundamental que guia o mundo

econômico, os agentes não baseiam sua tomada de decisão completamente em premissas – geradas pelo conhecimento direto –, devido à complexidade dos processos e a incognoscibilidade de variáveis importantes. De tal modo, os agentes precisam criar premissas, que não são “conhecimento”, e, conforme coletam evidências, aumentam o “grau de crença” em determinada proposição.

O grau de crença depende das forças dos sinais de que as premissas sobre as quais a probabilidade se constrói são efetivamente verdadeiras ou sólidas. Quando as premissas não são conhecimento verdadeiro ou completo, a lógica humana, que avalia a solidez e o realismo das premissas “criadas”, assume protagonismo. Nesse sentido, o peso dos argumentos – intimamente ligado ao estado de confiança – mede a solidez ou fragilidade dessas premissas subjacentes. Quando maior o peso, maior o grau de confiança na expectativa ou na conclusão derivada delas. Portanto, o peso dos argumentos altera o grau de crença ao indicar o quão firmemente se pode confiar nas premissas utilizadas no raciocínio probabilístico.

Em vista da incerteza fundamental como regente dos processos sociais, a formulação de probabilidade cardinais torna-se impossível, tendo em vista a natureza aberta e orgânica do sistema econômica. O peso dos argumentos, como apresentado por alguns autores na literatura revisada, é visto como uma medida tanto da ambiguidade quanto da incerteza fundamental. Entretanto, em virtude da impossibilidade de saber qual é o conhecimento completo no momento de tomada de decisão sob incerteza fundamental, a aplicação do peso à esta incerteza torna-se problemática, assim como exposto anteriormente. Dessa forma, para admitir que a incerteza fundamental é um fenômeno que admite graus e observar esses graus, considerações acerca das instituições – formais e informais – tornam-se fundamentais, assim como apresentado em Dequech (2000) e Dow (2014).

As instituições fornecem informações aos indivíduos, incluindo a indicação das ações prováveis dos outros agentes, conforme Dequech (2005), sendo esta a função informacional-cognitiva das instituições. Ademais, as instituições influenciam a própria maneira como as pessoas selecionam, organizam e interpretam as informações, constituindo a função cognitiva mais profunda das instituições. Essa função cognitiva das instituições contribui para a estabilidade do mundo social, atuando sobre a ação dos indivíduos, tanto direta quanto indiretamente. A função cognitiva mais profunda implica que os indivíduos não são dados em relação às instituições, pois estas não são redutíveis ao pensamento e prática individual. Além disso, pode-se dizer que as instituições podem incorporar conhecimento, especialmente conhecimento tácito ou prático, o que reforça a ligação entre ontologia e epistemologia da incerteza e do conhecimento.

Assim, a existência de instituições legais e práticas sociais conferem estabilidade à realidade econômica. Nesse sentido, instituições legais como contratos e *market-makers* atuam para fornecer

mais estabilidade aos processos econômicos, conforme Dequech (2000). Ademais, instituições informais, como convenções, em um sentido de padrões socialmente compartilhados ou prescritos de pensamento em comportamento, também fornecem base para crenças sobre eventos futuros. Através de sua função cognitiva, instituições fornecem e influenciam conhecimento em um ambiente marcado pela incerteza fundamental. Nota-se, entretanto, que a mera presença dessas instituições formais e informais, não é suficiente para reduzir a incerteza em interações sociais, conforme o autor.

Percebe-se a importância das instituições e convenções para a tomada de decisão sob incerteza fundamental. A próxima seção do capítulo se dedica a uma revisão acerca da Teoria das Instituições e seu tratamento da incerteza, principalmente ligado à perspectiva do desenvolvimento econômico. No capítulo 2 será apresentada o tratamento da Teoria das Convenções neste contexto de incerteza fundamental e a sua aplicação no desenvolvimento econômico.

2. ECONOMIA INSTITUCIONAL ORIGINÁRIA (EIO)

A abordagem do institucionalismo originária como uma linha de pensamento oposta ao neoclassicismo com vinculação ao evolucionismo, conforme Hodgson (1993). Seu desenvolvimento ocorreu especialmente a partir dos escritos de Thorstein Veblen, com contribuições de John Rogers Commons e Wesley Clair Mitchell, de acordo com Conceição e Gabriani (2019). O núcleo deste pensamento se centra nos conceitos de instituições, hábitos, regras e seu processo de evolução. A análise se baseia principalmente na importância das instituições e sua evolução como elemento condicional do desenvolvimento socioeconômico.

Veblen estabeleceu uma fina e original morfologia econômica social, com ênfase no papel do hábito e seu processo evolutivo, que se posiciona em oposição à teoria clássica e ao caráter a-histórico de sua representação do agente econômico, aponta Conceição (2019). Em oposição à essa teoria, afirma que as idiossincrasias do comportamento dos indivíduos devem estar no centro da Teoria Econômica. Nesse sentido, os hábitos humanos são centrais para o autor, que os vê como responsáveis por estabelecer padrões de comportamento, normas de conduta e herança cultural, que, interagindo coletivamente, produzem instituições. A interação entre indivíduos e instituições se apresenta, portanto, como indissociável.

Os modelos estáticos e concepções a-históricas do comportamento humano são amplamente criticados por Veblen, que argumenta em prol de uma teorização que considere o comportamento humano como influenciado por instituições sociais que estão em permanente evolução, ao invés de algo exogenamente estabelecido, de acordo com Azevedo e Conceição (2017). A abordagem de Veblen possui três pontos centrais, conforme Conceição e Gabriani (2019): (i) a crítica ao tratamento inadequado dado pela teoria neoclássica às inovações, supondo-as como dadas e acessíveis, (ii)

preocupação principalmente com as mudanças e crescimento nas economias, ao invés do foco no estudo de equilíbrios estáveis, (iii) o papel da evolução econômica e transformação tecnológica.

O que caracteriza o institucionalismo não é, de acordo com Conceição (2019), a utilização do termo instituições, mas o entendimento de que estas são resultantes da interação entre indivíduos e a estrutura social, que os formam e que deles é oriunda. Para Veblen, os hábitos definem os comportamentos e estratégias dos indivíduos, o que leva à formação das instituições. Nesse sentido, considera-se que as instituições se originam mais dos hábitos e da cultura do que das regras, pois elas são resultantes do comportamento socialmente herdado e adquirido dos indivíduos, que as formam e as reforçam. Nesse sentido, não basta a criação de regras se elas não se conectam ao ambiente histórico e cultural, por isso não se pode “copiar” o ambiente institucional de determinado contexto:

Assim, as regras específicas da cognição e ação são impressas na mente humana através da formação de hábitos, conforme Conceição (2019). Portanto, a deliberação e cálculo depende da formação destes hábitos, originados de pensamentos repetidos ou comportamentos em uma configuração social específica.

A economia institucional possui um sistema macroeconômico centrado no exame dos padrões e regularidades do comportamento humano, conforme o autor. As regularidades no nível sistêmico ocorrem devido às variações no nível micro, assim mutações ou estabelecimento de novas regularidades eclodem do nível micro e tomam forma “agregada” no plano macro. Os hábitos fortalecem e são fortalecidos por instituições, dotando-as de um padrão qualitativo de inércia e estabilidade. Nessa dinâmica, as instituições fazem com que a forma reducionista da análise microfundamentada perca sentido, pois o que se estabelece é “um processo de ‘causação cumulativa’, que define padrões de conduta e hábitos, que se reforçam mutuamente” (p. 11).

Nessa teoria há dois níveis a serem analisados: o micro e o macro. Cada um destes preserva relativa autonomia teórica, enquanto se conectam através de vínculos conceituais e explicativos, de modo que as instituições não podem ser adequadamente explicadas em termos individuais e os indivíduos não podem ser explicados em termos de estrutura (Hodgson, 1998). As instituições, portanto, possuem a capacidade de moldar a forma como os indivíduos interpretam a realidade e, por meio do hábito, admitir padrões de comportamento consolidando-os em instituições. Com isso, se torna possível estabelecer a relação funcional “de cima para baixo entre instituições e ação individual”, conforme Cavalcante (2014).

Para a EIO, as instituições são entendidas como hábitos mentais ou formas habituais de pensamento engendrados nos aspectos culturais de uma sociedade como normas de conduta e de predominante aceitação, conforme Larruscaim, Robinson e Pereira (2019). Elas não decorrem apenas

de um processo seletivo e adaptativo que molda os tipos dominantes de atitudes humanas, mas são ao mesmo tempo “métodos especiais da vida e de relações humanas”, constituindo-se o próprio fator seletivo, de acordo com Azevedo e Conceição (2017). Assim, a situação atual molda as instituições futuras através do processo seletivo e coercivo, atuando sobre a visão habitual dos agentes sobre os processos. Veblen (1987) reitera que estes hábitos mentais perpetuados ao longo do tempo estão sob domínio de grupos sociais privilegiados, chamado pelo autor de “classe ociosa”, que ditam as normas da sociedade e cujo objetivo é retardar mudanças sociais.

3. APROXIMAÇÕES COM A ABORDAGEM PÓS-KEYNESIANA

Em textos como Conceição (2019), Conceição e Gabriani (2019), Azevedo e Conceição (2017) e Minsky (1998) é apresentada uma filiação que ocorre entre o pensamento da EIO e o keynesiano. A associação de Keynes ao institucionalismo ocorre pois ambos percebem a importância da conexão entre os indivíduos, suas decisões e incerteza e a definição do cenário econômico delas derivado ou agregado, conforme Conceição (2019). Para o autor, há três pontos que aproximam as referidas abordagens. Primeiro, a questão da tomada de decisão implica reflexão e julgamento de valor, revelando seu caráter comportamental, uma vez que os agentes não se guiam somente pelo cálculo econômico maximizador, mas por percepções acerca do que é esperado na economia. O segundo ponto é referente à importância dada ao *animal spirits* para a definição dos processos econômicos na teoria keynesiana. Assim, a relação do animal spirits e das instituições ocorre pela percepção dos indivíduos, que captam a sinalização transmitida pelo ambiente macroeconômico, no sentido de estimular ou não o crescimento. Por fim, ambas abordagens referenciam o ambiente incerto e não-ergódico no qual as decisões são tomadas e os processos econômicos ocorrem.

Essa aproximação ocorre, pois, em primeiro lugar, tanto para a EIO quanto para Keynes e os pós-keynesianos o cálculo econômico maximizador não é o principal responsável pelas decisões econômicas, tendo em vista a incompletude das premissas, para Keynes, e o papel central dado pela EIO aos hábitos mentais e instituições nos padrões de pensamento e comportamento. Ademais, o autor aponta que o *animal spirits* cria um ambiente de sinergia que se dissemina pela economia e, apesar de Keynes não se referir ao termo instituições, não é possível pensar este conceito apartado delas.

Por fim, assim como na teoria keynesiana e pós-keynesiana, não existe na agenda de pesquisa institucionalista elementos que induzam o sistema a alcançar resultados pré-determinados. Portanto, o ambiente de incerteza e o caráter não-ergódico da evolução da própria sociedade impede soluções racionais ou eficientes. Veblen utiliza o conceito de “*blind drift*” (Dugger, 1988) para referenciar essa característica dos sistemas sociais, que indica que o avanço do próprio processo é o que cria ou destrói

as alternativas em curso. Esse contexto se justapõe à hipótese da não ergodicidade, no qual as mudanças nos diferentes espaços e tempos não são dependentes no sentido estrito de sua causa. Figura-se, deste modo, um contexto de incerteza em que o ambiente pode ser moldado pelas instituições, mas permanece sujeito a transformações constantes, haja vista o processo de adaptação dos hábitos de pensamento, conforme Azevedo e Conceição (2017).

Os autores argumentam que é no sentido da incerteza, da não-neutralidade da moeda e de sua influência sobre as decisões e hábitos dos agentes que se estabelece uma articulação institucional, responsável pela difusão ou não do processo de crescimento econômico.

Para Keynes, o crescimento econômico decorre da interação entre as decisões dos agentes que, ante as expectativas de retorno positivas, optam por empregar e ampliar seus níveis de capacidade produtiva, que, no agregado, materializam-se em resultados positivos de crescimento econômico. Ou seja, este desenvolvimento depende da disseminação do *animal spirits* positivo pela economia. Tendo em vista a incerteza na qual o sistema econômico está inserido, há a necessidade de intervenção do Estado sob condições de insuficiência de demanda efetiva, a fim de criar mecanismos que propiciem um ambiente institucional favorável às tomadas de decisão dos agentes econômico, conforme Ferrari-Filho (2006).

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico decorre das expectativas, incertezas, convenções e *animal spirits* dos indivíduos, sendo este o nexos que conecta a perspectiva da abordagem keynesiana com a institucionalista, conforme Conceição (2019). Portanto, só é possível conceber tal processo por meio da “colaboração” das convenções (instituições) com o “estado de ânimo” (*animal spirits*) (Conceição, 2019, p. 4). Essa conexão só possui sentido através da interação micro-macro, pois uma macroeconomia desconectada de interações sociais não produz qualquer efeito coletivo, tendo em vista a carência da interação com o ambiente de decisão dos agentes, o que se conecta profundamente com o institucionalismo de Veblen.

O nexos entre a visão de desenvolvimento econômico e o ambiente institucional parte de uma perspectiva analítica centrada na noção de incerteza, conforme Conceição e Ferrari-Filho (2001). Conceição (2019) argumenta que essa noção modela e condiciona o comportamento dos indivíduos, na medida em que:

É a estratégia comportamental que define trajetórias e o próprio “ambiente institucional”. Nesse sentido, o papel do *animal spirits* é crucial ao desenho de tais prognósticos. *Animal spirits* e instituições são noções congêneres em perspectivas analíticas diferenciadas. Essa última, parte da filosofia pragmatista e behaviourista de Veblen, e a primeira parte da noção de incerteza radical e do comportamento individual daí derivado (p. 5).

Outro ponto de convergência entre Keynes e a EIO é apresentado em Minsky (1998). O autor aponta que a afinidade entre essas duas teorias se manifesta, primeiramente, na maneira como ambos

abordam a construção da teoria econômica. Tanto Keynes quanto os institucionalistas de seu tempo enfatizavam a importância da “observação vigilante” e da reflexão acerca de “fatos salientes” para o desenvolvimento de teorias relevantes. Na visão deles, a teoria econômica não é um conjunto de proposições derivado de axiomas assumidos como universalmente verdadeiros. Mas, na verdade, seria resultado do exercício da imaginação e do poder lógico sobre observações baseadas na experiência, gerando proposições sobre o funcionamento de uma economia real.

Adicionalmente, Minsky (1998), apresenta outra convergência entre as linhas de pensamento, que consiste na percepção de crenças como modelos mentais que levam a proposições sobre o comportamento da economia do “mundo real”. Essa abordagem torna os resultados dependentes das instituições e sanciona intervenções estatais para criar instituições que levem a uma economia com propriedades desejáveis. Percebe-se, portanto, que ambos os pensamentos destacam o papel relevante do Estado para a criação de ambientes institucionais favoráveis ao desenvolvimento econômico.

Conceição e Gabriani (2019) argumentam que Minsky é o principal autor da escola pós-keynesiana que se aproxima da abordagem da EIO. A importância do papel da incerteza na tomada de decisões é compartilhada entre as abordagens, e para Minsky a incerteza constitui uma característica basilar de uma economia capitalista financeira moderna. Constituindo esta a causa do comportamento instável do sistema produtivo capitalista, sujeitando-o a crises financeiras profundas. Torna-se, assim, necessária a ação coordenada pelo Estado.

Outra aproximação entre os autores ocorre devido à semelhança acerca da compreensão do funcionamento das economias modernas, designado por Minsky de *money manager capitalism*. Para os institucionalistas, este conceito caracteriza um “arranjo institucional” historicamente constituído, conforme Conceição e Gabriani (2019). Sendo que ambas as concepções se fundam na denominação da EMP de Keynes.

Ao vincular certeza às convenções baseadas no "comportamento da maioria ou da média" das ações dos agentes, Minsky estabelece uma conexão com o campo teórico da economia institucionalista, particularmente com a EIO. Isso porque essa teoria associa instituições a hábitos, normas e costumes coletivamente arraigados e institucionalizados. Ademais, propõe que a evolução institucional ocorre por meio de um processo cumulativo de interação entre instituições e indivíduos - caracterizado por uma dupla causalidade -, concebendo as instituições como padrões organizados de comportamento coletivo que integram o universo cultural. Mesmo quando tais padrões coletivos levam os agentes econômicos a adotarem convenções estruturadas sob incerteza ou probabilidades subjetivas, conforme destacam os autores, esse processo mantém sua relevância analítica.

Minsky (1998) sugere um papel de intervenção do Estado no sistema econômico, em um sentido de criar instituições que promovam o desenvolvimento mais estável das economias capitalistas modernas, assentadas nas propostas de Keynes de reformulação do sistema capitalista pós-Guerra e em consonância com a abordagem da EIO. O autor reconhece a existência de interesses antagônicos no interior da sociedade, mudanças cumulativas e existência de desajustes inerentes à vida econômica, sendo preciso interferência governamental para realizar sua correção, conforme Conceição e Gabriani (2019). As instituições, neste contexto, ganham relevância na medida em que contribuem para arrefecer os níveis de incerteza que predominam no sistema.

Resultante dessa incerteza, está o fato de que o desenvolvimento das atividades econômicas não pode ser pré-estabelecido, como o equilíbrio postulado pela teoria ortodoxa. Veblen concebe o processo de mudança como uma sequência cumulativa de causação, mas não de forma teleológica, de modo que não implica necessariamente progresso (Conceição, 2002). Assim, é possível o surgimento de instituições que obstaculizam o progresso social e econômico, chamadas de *imbelices institutions*, conforme Conceição e Gabriani (2019).

Em síntese, a EIO vê as instituições como hábitos estabelecidos de pensamento comuns à generalidade dos homens, conforme Hodgson (1988), que consideram as especificidades históricas em uma abordagem evolucionária. Tais hábitos fortalecem e são fortalecidos pelas instituições, dotando-os de um padrão qualitativo de estabilidade. Há uma aproximação da abordagem dessa teoria com a keynesiana devido à ênfase em trajetórias não pré-determinadas, incerteza e a convergência entre os conceitos de *animal spirits* e convenções com os hábitos mentais da teoria institucionalista originária. Ambas as escolas destacam a centralidade do papel estatal no processo de desenvolvimento econômico para coordenar os desequilíbrios inerentes ao sistema econômico capitalista. Nesse sentido, percebe-se a importância da relação entre o *animal spirits* e convenções para o processo de desenvolvimento econômico, sendo que ambos encontram conceitos congêneres na EIO.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Keynes e a escola de pensamento pós-keynesiana reconhece que uma Economia Monetária de Produção não se trata de um sistema fechado com trajetórias pré-determinadas, mas sim de um sistema orgânico aberto, no qual os agentes econômicos não possuem informações completas e, portanto, não detém conhecimento suficiente para a estimação de uma probabilidade objetiva cardinal. A incerteza fundamental desempenha uma função central nessa teoria, devido a seu impacto sobre a preferência de liquidez dos agentes. Nesse sentido, há uma demanda pela moeda devido à sua propriedade de ativo com maior liquidez da economia. O Estado detém, nesse sistema, um papel de coordenação das expectativas dos agentes através de políticas econômicas e arranjos institucionais

que estimulem investimento produtivos, essenciais para o processo de mudança estrutural requerido pelo desenvolvimento econômico.

Da mesma forma, a EIO critica as concepções a-históricas dos indivíduos e a existência de trajetórias predeterminadas na economia. A abordagem enfatiza o papel dos hábitos no funcionamento econômico, estabelecendo uma conexão direta com a análise keynesiana das convenções e do animal spirits na dinâmica econômica. Minsky (1998), em uma perspectiva que converge com a EIO, destaca que o *Money Manager Capitalism* constitui um arranjo institucional historicamente construído por meio da interação entre os agentes e a estrutura econômica (em uma relação de dupla causalidade). Adicionalmente, o autor ressalta a ação estatal como elemento fundamental para a criação e formalização de instituições que promovam um desenvolvimento mais estável das economias capitalistas modernas.

Em síntese, em um sistema econômico aberto onde a incerteza fundamental é um fator constitutivo, a existência das instituições caracteriza-se como essenciais para auxiliar os agentes econômicos no preenchimento das lacunas de premissas deixadas pelo desconhecimento acerca do futuro, sendo este influenciado pelas próprias decisões tomadas no presente (decisões cruciais). Assim, a lógica humana – apontada como um hábito mental – assume protagonismo na formulação das expectativas, especialmente as de investimento produtivo (de longo prazo), que possuem um papel condicional para a transformação estrutural requerida pelo desenvolvimento econômico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Laís Fernanda de; CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. Incerteza e não-ergodicidade: as perspectivas das vertentes institucionalistas. *Revista de Economia*, v. 38, n. 67, 2017.

CAMERER, Colin; WEBER, Martin. Recent developments in modeling preferences: Uncertainty and ambiguity. *Journal of risk and uncertainty*, v. 5, p. 325-370, 1992.

CARVALHO, Fernando J. Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. **Texto para discussão**, 1988.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. MR. KEYNES E OS PÓS-KEYNESIANOS. 2020.

CAMPOS, Marcelo Mallet Siqueira; CHIARINI, Tulio. Incerteza e não ergodicidade: crítica aos neoclássicos. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 34, p. 294-316, 2014.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. A economia institucional e as três dimensões das instituições. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 18, n. 3, p. 373-392, 2014.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de economia contemporânea. Rio de Janeiro. Vol. 6, n. 2 (jul./dez. 2002), p. 119-146, 2002.**

CONCEIÇÃO, O. A. C. **Decisão, Animal Spirirs e Incerteza: uma aproximação Institucionalista da Abordagem de Keynes**, 2019.

- CONCEIÇÃO, Octavio AC; GABRIANI, Carlos Roberto. Institucionalistas e pós-keynesianos-ensaio sobre incerteza em uma economia capitalista financeira moderna. *Economia e Sociedade*, v. 28, n. 1, p. 1-23, 2019.
- DAVIDSON, Paul. Reviving Keynes's revolution. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 6, n. 4, p. 561-575, 1984.
- DAVIDSON, Paul. A technical definition of uncertainty and the long-run non-neutrality of money. **Cambridge Journal of Economics**, v. 12, n. 3, p. 329-337, 1988.
- DAVIDSON, Paul (Ed.). *Inflation, Open Economies and Resources: The Collected Writings of Paul Davidson*, Volume 2. Springer, 1991.
- DAVIDSON, Paul. Is economics a science? Should economics be rigorous?. **real-world economics review**, v. 59, n. 12, p. 58-66, 2012.
- DEQUECH, David. Fundamental uncertainty and ambiguity. **Eastern economic journal**, v. 26, n. 1, p. 41-60, 2000.
- DEQUECH, David. Uncertainty: individuals, institutions and technology. **cambridge Journal of Economics**, v. 28, n. 3, p. 365-378, 2004.
- DEQUECH, David. Cognition and valuation: Some similarities and contrasts between institutional economics and the economics of conventions. **Journal of Economic Issues**, v. 39, n. 2, p. 465-473, 2005.
- DOW, Sheila C. Addressing uncertainty in economics and the economy. *Cambridge Journal of Economics*, v. 39, n. 1, p. 33-47, 2014.
- DOW, Sheila. Uncertainty: a diagrammatic treatment. **Economics**, v. 10, n. 1, p. 20160003, 2016.
- DUGGER, William M. Radical institutionalism: basic concepts. **Review of Radical Political Economics**, v. 20, n. 1, p. 1-20, 1988.
- FERRARI FILHO, Fernando; CONCEICAO, Octavio Augusto Camargo. The concept of uncertainty in Post-Keynesian theory and in institutional economics. **Nova Economia**, v. 11, n. 1, 2001.
- FERRARI FILHO, Fernando. As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 10, p. 213-236, 2006.
- HODGSON GEOFFREY, M. Institutional Economics: Surveying the "Old" and the "New". **Metroeconomica**, v. 44, n. 1, p. 1-28, 1993.
- HODGSON, Geoffrey M. Competence and contract in the theory of the firm. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 35, n. 2, p. 179-201, 1998.
- HODGSON, Geoffrey M. Evolutionary and institutional economics as the new mainstream?. **Evolutionary and institutional economics review**, v. 4, p. 7-25, 2007.
- KEYNES, John Maynard. 1936. *The General Theory of Employment, Interest and Money*.
- KEYNES, John Maynard. The general theory of employment. *The quarterly journal of economics*, v. 51, n. 2, p. 209-223, 1937.
- KEYNES, John Maynard. *A treatise on probability*. Courier Corporation, 2013.
- LARRUSCAIM, Igor de Menezes; ROBINSON, Andrey Luis dos Santos; PEREIRA, Adriano José. A economia institucional e o desenvolvimento: comparações entre as perspectivas de Douglass North e Ha-Joon Chang. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 14, n. 25, p. 177-198, 2019.

LAWSON, Tony. **Economics and reality**. Routledge, 1997.

LAWSON, Tony. Probability and uncertainty in economic analysis. **Journal of post Keynesian economics**, v. 11, n. 1, p. 38-65, 1988.

MINSKY, Hyman P. **The financial instability hypothesis**. Working paper, 1992.

MINSKY, Hyman P. Uncertainty and the Institutional Structure of Capitalist Economies'. *Macroeconomics*, v. 9809015, 1998.

MINSKY, Hyman P. John Maynard Keynes. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

PALLEY, Thomas I. Uncertainty, expectations, and the future: if we don't know the answers, what are the questions?. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 16, n. 1, p. 3-18, 1993.

RESENDE, Marco Flávio da Cunha; TERRA, Fábio Henrique Bittes. Ciclo, crise e retomada da economia brasileira: avaliação macroeconômica do período 2004-2016. **Economia e Sociedade**, v. 29, n. 2, p. 469-496, 2020.

RUNDE, Jochen. Keynesian uncertainty and the weight of arguments. **Economics & Philosophy**, v. 6, n. 2, p. 275-292, 1990.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. Nova Cultural, 1987.